CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 783/89 e 2934/90 e AP. Doc. 8.727/99
INTERESSADA: EEPG "Prof^a Carolina Lopes de Almeida" - Bauru
ASSUNTO: Plano de complementação de estudos 3^a série/1^o grau.
RELATOR: Cons^a CLEUSA PIRES DE ANDRADE
PARECER CEE Nº 1246/91 - CEPG - APROVADO EM 11/09/1991

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

A direção da EEPG "Prof^a Carolina Lopes de Almeida", em 24.05.89, recorre a este Conselho da decisão tomada pela Delegacia de Ensino de Bauru e pela Divisão Regional de Ensino de Bauru, que indeferiram o seu pedido de implantação de Jornada Única na 3^a série do 1^o grau, formada por alunos que freqüentaram o Ciclo Básico do ano anterior.

Em 08.02.89, a direção da escola elaborou o Plano de Complementação de estudos para os 28 alunos do Ciclo Básico, os quais foram promovidos para a 3^a série de acordo com o parágrafo único do artigo 6^o da Resolução 241 de 9.11.85, e encaminhou-o a Delegacia de Ensino para a devida homologação.

A escola justificou como segue:

- em reunião ordinária do Conselho do Ciclo Básico foi decidido, com base na legislação, que os alunos que apresentaram freqüência regular, porém com rendimento aquém dos parâmetros previstos, mas muito próximo deles, seriam promovidos a 3^a série mediante um plano de complementação de estudos, e em jornada única;

- a escola, ao oferecer a esses alunos um período maior de permanência na escola, poderia atuar mais efetivamente, levando-os a dominar os conteúdos mínimos exigidos para o Ciclo Básico (ainda não trabalhados), com maior aproveitamento, porém, na série seguinte, evitando-se a retenção, o desestímulo e conseqüentemente a evasão;

- anteriormente a implantação de Jornada Única, os alunos do Ciclo Básico dispunham de um reforço de 8 horas-aulas semanais, GAS, ministradas por outro professor. Já os alunos em Jornada Única, especialmente esses em questão, seriam acompanhados pelo professor da classe;

- a experiência do ano anterior envolvendo 64 alunos que foram promovidos nas mesmas condições desses, e que freqüentaram a 3^a série, no ano seguinte, sem o Grupo de Apoio Suplementar (GAS), demonstrou que houve aumento no índice de repetência e evasão nesta série;

- procedimento da escola em contemplar esses alunos com a Jornada Única (do Ciclo Básico) na 3ª série, não está em desacordo com as normas legais, uma vez que o Decreto 21.833/83 está em vigor e "toda a política pedagógica por ele ensejada não foi revogada pelo Decreto 28.170/88".

A Srª Delegada de Ensino de Bauru analisou cuidadosamente o caso e manifestou-se pelo não-atendimento ao solicitado, por falta de amparo legal. Determinou fosse revista e refeita a atribuição das classes aos professores de forma correta (sem a jornada única na 3ª série), no que foi atendida, porém com inconformismo por parte da direção que solicitou reconsideração.

O pedido da escola foi encaminhado a Divisão Regional de Ensino, cuja autoridade negou o recurso, ratificando o posicionamento da Sra. Delegada de Ensino, nos termos de suas considerações. Os autos foram devolvidos a U.E., através da tramitação usual pelos órgãos da Secretaria de Educação.

Posteriormente foi anexado ao presente, o Doe. nº 8727/99/89, contendo ofício da direção da EEPG "Profª Carolina Lopes de Almeida".

2. APRECIÇÃO

O Decreto nº 21.833, de 28.12.83, instituiu o Ciclo Básico no ensino de 1º grau das escolas estaduais de São Paulo. Estabeleceu-se no artigo 1º o seguinte: "É instituído, no ensino de 1º grau das escolas da rede estadual, o Ciclo Básico com as seguintes finalidades:

I - assegurar ao aluno o tempo necessário para superar as etapas de alfabetização, segundo seu ritmo de aprendizagem e suas características sócio culturais;

II - proporcionar condições que favoreçam o desenvolvimento da habilidades cognitivas e de expressão do aluno previstas nas demais áreas do currículo;

III - garantir as escolas a flexibilidade necessária para a organização do currículo, no que tange ao agrupamento dos alunos, métodos e estratégias de ensino, conteúdos programáticos e critérios de avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Parágrafo Único - O Ciclo Básico terá a duração mínima de dois anos letivos e será implantado a partir do ano letivo de 1984."

O Decreto nº 28.170 de 21.01.88 estabeleceu a Jornada Única discente e docente no Ciclo Básico das escolas estaduais de São

Paulo, visando à melhoria da qualidade de ensino. Dispõe, no artigo 1º, o que segue: "Fica instituída, na Rede Estadual de Ensino, a Jornada Única, Discente e Docente no Ciclo Básico". Essa jornada ao aluno é de 6 horas/aula diárias, totalizando 30 horas/aulas semanais.

De acordo com o contido no Parecer CEE 1788/85: "O Ciclo Básico configurou-se, desde sua proposta original, como uma busca de novo modelo de organização de ensino de 1º grau, e, para tanto, como ponto de partida de enfrentamento dos graves problemas da repetência, ao nível de 1ª série do 1º grau e da evasão ao término desta mesma série."

A Jornada Única, posteriormente instalada, representou um avanço no sentido de minimizar o problema da retenção e evasão de alunos das 1ªs séries, ampliando o tempo de permanência diária deles na escola e oferecendo uma proposta pedagógica que efetivamente traduziu em ganhos qualitativos para o desempenho escolar, consequentemente na formação dos educandos.

No caso em tela, a direção da escola solicita a inclusão de uma 3ª série formada por alunos que freqüentaram, no ano anterior, o Ciclo Básico e que foram promovidos conforme estabelece o artigo 6º da Resolução 241 de 29.11.85, em jornada única, pelas razões já expostas.

Pela legislação anteriormente citada, não há como estender a Jornada Única a essa classe, conforme o pleiteado, pois o Decreto 28.170/88, aplica-se tão somente ao Ciclo Básico.

Em que pese ao mérito da questão, inquestionável quanto ao alcance pedagógico que essa medida traduz, deve a direção da U.E., que é coordenadora das atividades pedagógicas dentro da escola, atuar conforme os limites legais, procurando dar atendimento as diferenças individuais com seus recursos disponíveis, e, posteriormente atingir seus objetivos traçados. Possivelmente, em futuro próximo, a Jornada Única poderá vir a ser estendida as séries subseqüentes, de acordo com interesse da S. E..

Sendo a jornada única um programa pioneiro, de reorganização estrutural da escola pública paulista, e enquanto os estudos a respeito da extensão de benefício as outras séries não se concretiza, ao nível da S.E., e de se ressaltar que a medida tomada pela Delegacia de Ensino ao solucionar o caso esta correta.

3. CONCLUSÃO

a) Responda-se a EEPG "Prof^a Carolina Loes de Almeida", DE e DRE de Bauru.

b) Encaminhe-se cópia deste Parecer a S.E..

São Paulo, 19 de julho de 1991.

a) Cons^a Cleusa Pires de Andrade
Relatora

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Aparecido Leme Colacino, Elba Siqueira de Sá Barretto, Cleusa Pires de Andrade, Maria Eloísa Martins Costa e Melânia Dalla Torre.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 31 de julho de 1991.

a) Cons^a MELÂNIA DALLA TORRE
VICE-PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

O Conselheiro Francisco Aparecido Cordão absteve-se de votar.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de setembro de 1991.

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente